

## EDITORIAL

A IV Conferência Mundial da ONU sobre a mulher, que acontecerá em setembro, na China, insere-se em um processo desencadeado a partir de 1972, quando a Assembléia Geral da ONU proclamou o ano de 1975 como Ano Internacional da Mulher e realizou uma Conferência Mundial, no México, com o objetivo de formular recomendações para alcançar a plena igualdade e participação da mulher na vida social e política. Esta Conferência foi seguida da 2ª, que aconteceu em Copenhague, em 1980, e da 3ª ocorrida em Nairobi, em 1985.

Na presente década ocorreram outros importantes eventos nos quais os movimentos de mulheres tiveram participação expressiva: A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO '92), no Rio de Janeiro (precedida de reuniões preparatórias, entre as quais a de Miami, que resultou na Agenda 21 de Ação da Mulheres), a Conferência Mundial de Direitos Humanos, realizada em Viena em 1993 e a 3ª Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, em 1994.

Em todos esses momentos observou-se uma acirrada batalha entre entidades e ONG's, de um lado, e governos do outro, em relação a questões fundamentais, como direitos humanos, direitos reprodutivos, ecologia, tendo o movimento de mulheres conseguido que muitas de suas propostas fossem assumidas pelos governos, e realizado, concomitantemente às Conferências oficiais, reuniões paralelas de grande repercussão.

Com a Conferência de Pequim, não será diferente. Está havendo, portanto, dois processos que resultarão em dois documentos: um governamental, que no Brasil está sendo coordenado pelo Itamaraty, e o outro, do movimento de mulheres, coordenado pelo Comitê Nacional da Articulação de Mulheres para Beijing 95, que vem sendo construído através de discussões preparatórias em diversos pontos do país.

A Conferência de Pequim reveste-se de particular importância, por ser a última deste século, e porque deverá fazer uma análise geral dos avanços das mulheres desde 1985, além de definir propostas e estratégias a serem implementadas no período 1996/2001.

As questões que serão tratadas em Pequim, como pobreza, meio ambiente, saúde, educação, divisão do trabalho, se são universais, a nós enfermeiras, dizem respeito particularmente, como mulheres que somos majoritariamente e como profissionais de saúde que lidamos cotidianamente com a população feminina atendida nos serviços de saúde.

É necessário que reflitamos, em que proporção temos sido agentes de processos discriminatórios e do discurso e práticas medicalizadoras sobre o corpo da mulher; até que ponto, temos desconhecido as características emergentes do seu perfil epidemiológico, evidenciadas pelo crescimento de doenças crônico - degenerativas, como as neoplásicas

e cardio-vasculares, e continuamos a vê-las como mães, grávidas ou potencialmente grávidas; em que grau temos nos calado frente à violência doméstica e sexual, de que são vítimas, e assistido passivamente ao desmantelamento da rede pública, à não implantação e consolidação do PAISM, aos criminosos índices de esterelizações, operações cesarianas e mortalidade materna; o quanto temos ignorado as situações de saúde de populações específicas, como mulheres idosas, em cárcere, prostitutas, meninas em situação de rua, trabalhadoras rurais, para citar alguns exemplos.

Acreditamos que nesta gestão, ABEN cumpriu a meta estabelecida em seu plano trienal de trabalho, ao estabelecer uma relação mais orgânica com os movimentos de mulheres, participando de seus eventos, debatendo o tema em congressos e encontros, publicando matérias e artigos nesta revista e no seu Boletim Informativo, e inclusive elegendo como tema da 56ª Semana de Enfermagem, "Mulher - o Ser e o Fazer na Saúde". É muito pouco ainda, considerando as questões que a condição feminina nos impõe. Mas, é um passo adiante.